

DIÁLOGO ENTRE PÓS-MODERNIDADE, SUJEITO E LEITURA: O PROCESSO DISCURSIVO E O VIRTUAL

Magna Campos
(UFSJ)

magkampus@yahoo.com.br

RESUMO: Na pós-modernidade, a leitura encontra-se enredada com outros espaços que configuram um novo local para o texto e novas textualidades, portanto, novos espaços de significação. Tais espaços, promovidos pelas novas TICs, têm proporcionado uma crescente multiplicação dos sistemas de significação.

PALAVRAS-CHAVE: Leitura, pós-modernidade, novas textualidades.

ABSTRACT: Na pos-modern times, reading is intertwined with other spaces which configure a new locus for the text and new textualities, consequently new spaces of signification. Such spaces, brought about by the new TICs, have caused a growing multiplication of the signifying systems.

KEY WORDS: Reading, pos-modern times, new textualities

RESUMÉ: Dans la postmodernité, la lecture est empêtré avec d'autres espaces qui composent un nouvel emplacement pour le nouveau texte et la textualité, par conséquent, de nouveaux espaces de sens. Ces espaces, promue par les nouvelles TIC ont apporté sur le nombre croissant de systèmes de signification.

MOTS-CLÉ: lecture, postmodernité, nouvelles textualités

Tratar da questão da leitura é sempre, e em qualquer tempo, um grande desafio devido às várias correntes de estudo que investigam o assunto e a diversidade de posições teóricas advindas desse “embate” entre as correntes. Todavia, aventuramo-nos neste desafio e tencionaremos apresentar neste ensaio algumas considerações que julgamos serem bastante pertinentes ao traçar um possível diálogo entre as questões envolvidas na pós-modernidade – que, conseqüentemente, afetam o sujeito-leitor, as identidades e a leitura produzida neste contexto pós-moderno. Ressaltamos que diante às várias concepções de pós-modernidade,

adotamos, neste trabalho, a que está relacionada ao processo de globalização, às novas tecnologias de comunicação e de informação, e à dissolução das categorias de tempo e espaço.

Paul Virilio (1998) *apud* Mota (2001, p. 194) narra a história moderna, organizada a partir da invenção de cinco motores: 1) o motor a vapor – que possibilitou a criação da primeira máquina que serviu à Revolução Industrial; 2) o motor a explosão – que propiciou o surgimento do avião; 3) o motor elétrico – que deu origem à turbina e possibilitou a visão noturna das cidades; 4) o foguete – que permitiu ao homem escapar da atração terrestre e obter a visão da Terra a partir da Lua; 5) o motor da inferência lógica – que permitiu o aparecimento do *software* e da realidade virtual.

É, pois, justamente com o maior desenvolvimento do *software* que notamos a passagem do moderno para o pós-moderno, visto que o conhecimento passou a ser liberado das limitações físicas do espaço. Atualmente o espaço torna-se irrelevante e o tempo aniquila-se, dissolve-se. No universo da informática e da *internet* as viagens acontecem à velocidade da luz e os espaços são atravessados sem tempo. A velocidade e a mobilidade tornam-se o novo mecanismo do poder. As pessoas que agem com maior rapidez, que mais se aproximam do momentâneo do movimento, são as pessoas que agora mandam. Surge o espaço virtual.

As fronteiras espaciais perdem o caráter de demarcar e restringir, abre-se o espaço para o global estimulado pelo intercâmbio de informações e de capital econômico que não mais precisam estar atrelados aos espaços de produção.

E por solicitação do espaço e do tempo vivido o sujeito pós-moderno acaba por assumir diferentes identidades. Diferentemente de duas outras formas de sujeito modernos, citados por Hall (2000): o cartesiano – racional, consciente, homogêneo – e o cognoscente (cognitivo) – capaz de se autocontrolar e controlar o outro (objetos, natureza, seres humanos), de controlar, pelo conhecimento, a própria aprendizagem (e o ensino), capaz, em última instância, de controlar os sentidos de seu dizer, na busca da (im)possível verdade única, objetiva e desinteressada, portanto, política e ideologicamente descomprometida – o sujeito pós-moderno apresenta-se como um sujeito fragmentado, inefável, múltiplo, atravessado pelo inconsciente e pela historicidade.

A identidade, conforme dá a entender Fairclough (2001), tem a ver com a origem social, gênero, classe, atitudes, crenças de um falante, e é expressa a partir das formas linguísticas e dos significados que esse falante seleciona, passando-se à maneira como o produtor de um texto [ou leitor] retextualiza a fala de um locutor, atribuindo a si mesmo uma identidade e outra a esse seu locutor. Por isso, não estaríamos lidando com uma única identidade, mas formas de identificações moventes.

Nessa perspectiva, Hall (2000, p. 12) salienta que a identidade pós-moderna é aquela em que o sujeito “está se fragmentando, composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não resolvidas”.

Complementando Hall, a novidade nessa nova fase não está, apoiando-nos em Santaella (2007, p.97), no fato da identidade ser múltipla, pois a identidade humana é, por natureza, múltipla. A novidade está, isso sim, em tornar essa verdade evidente e na possibilidade de encenar e de jogar com ela até o limite máximo da transmutação.

Frente a esse cenário de fragmentação do sujeito pós-moderno, como ficaria a leitura, nossa proposta de diálogo?

Situado no entremeio (no *in between*), no espaço da ambivalência, entre a modernidade e a pós-modernidade, o sujeito-leitor produz sentidos a cada momento diferentes, mergulhado nos fios do interdiscurso e da pluralidade de vozes, diante de antigos ou de novos textos e novos suportes textuais.

Mas, antes de prosseguirmos, precisamos levantar algumas questões sobre leitura que favorecerão nosso diálogo.

Na perspectiva da modernidade, a leitura foi conceituada como decodificação (descoberta do sentido) ou como leitura como interação (construção do sentido, na vertente da compreensão).

Para Coracini (2005, p. 20), no primeiro caso, o leitor era um mero espectador em busca do sentido que se encontra de forma imanente, no texto ou na obra em apreciação. As palavras assim como as cores, as formas, os sinais, os gestos, os signos carregariam um significado inevitável e independente de qualquer condição. A função do leitor seria a de resgatar esse significado. Um olhar linear sobre o que é lido.

No segundo caso, leva-se em conta a existência dos sujeitos – autor e leitor – neste caso, a leitura constitui um processo cognitivo que coloca o (sujeito-) leitor frente ao autor ou à obra, seja ela de que natureza for. Autor que deixaria marcas, pistas de sua autoria, de suas intenções, determinantes do sentido possível e com o qual o leitor *interagiria* para construir esse sentido. Neste caso, o *autor(idade)* é responsável pelo sentido e vê-se legítima e juridicamente reconhecido como tal. E ele, conscientemente, imprime marcas de suas intenções no texto. Esse sujeito-autor seria, portanto, o centro de onde partem e para onde convergem os sentidos. Existiria, mesmo nesta acepção, certa linearidade da leitura.

Na perspectiva da pós-modernidade, a leitura figura na resultante da tensão entre a modernidade e a pós-modernidade e pode ser conceituada como *um processo discursivo* – sócio, histórico, cultural e ideologicamente constituído –, portanto, interpretativo, e, num segundo momento, como *processo virtual*, em virtude das novas tecnologias que medeiam a própria leitura. Essa concepção requer o reconhecimento de que o sujeito-leitor, o sujeito-autor e os sentidos são historicamente determinados, configurando um trabalho de interpretação que relaciona o texto a outros textos, ao discurso e ao interdiscurso que coabitam em nós e em nossa historicidade sociocultural.

Requer também, de acordo com Cazarin (2006, p. 1), que se reconheça que ler é sempre um gesto de interpretação que se constitui no momento crítico de uma relação entre

autor/leitor/texto. O leitor, ou melhor, o sujeito-leitor, não reconhece sentidos, não preenche lacunas, e sim, interpelado pela posição-sujeito (sujeito-leitor ou sujeito-autor) que o afeta, instaura seu próprio trabalho discursivo, (des)construindo o texto lido e atribuindo sentidos que não necessariamente são aqueles esperados pelo autor.

Assim, o “sujeito-leitor” produz e é “produto de sentidos ideologicamente cristalizados” (MARIANI, 2002, p. 107). Nessa visão, o sentido é socialmente construído e emerge das práticas sociais. Além disso, o sujeito-leitor age sobre o significado, construindo-o e se construindo através dele, através de sua interação com a linguagem e por meio da linguagem, com os outros indivíduos e com o mundo.

Ler é, então, enxergar o que o texto diz e o que ele não diz, é saber que ele só se constitui significativamente na relação com os vários sentidos produzidos pelos múltiplos sujeitos-leitores e coautores dos discursos. Para Coracini (2001, p.143), ler

pressupõe um sujeito que produz sentido, envolvendo-se, dizendo-se, significando-se, identificando-se, abrindo espaço para a heterogeneidade e para a subjetividade que vez por outra rompe a barreira porosa e opacificante das palavras e se deixa representar, de modo imprevisível, pela linguagem.

E ainda, tendo em vista a perspectiva de Rajagopalan (2002) *apud* Ferreira (2006, p.21), segundo a qual, o jogo identitário se expressa na linguagem, tomando em conta que linguagem é meio entre sujeito e mundo, é a lente pela qual o sujeito olha, constrói e intervém sobre o mundo. Dessa forma, é pelo/no movimento entre sujeito, linguagem e mundo que se pode postular identidade como construto, nunca acabada e fixada, mas sempre em transformação.

Transformação contínua que atinge também a leitura, pois não se trata mais de respeitar a *unidade do texto ou da obra* – essa que, aliás, não passa de uma falácia – e não se trata de respeitar as ideias principais *contidas no texto* ou *as intenções do autor*, que só fazem sentido no esquema racional, reduzindo tudo à possibilidade de controle [...] trata-se de amarrotá-lo [o texto], recortá-lo, pulverizá-lo, (des)construí-lo. (CORACINI, 2005, p. 24). Sujeito-leitor que tem a ilusória sensação de controlar a origem de seu dizer e de controlar os efeitos de sentido que seu dizer-fazer é capaz de produzir.

Tratar a leitura na perspectiva da pós-modernidade implica adotarmos um conceito amplo de leitura que esteja afinado com o seu tempo, com o sujeito e as formas de identificação deste. Que reconheça outras formas de textos que não apenas o verbal e, portanto, várias possibilidades de leitura. Que trabalhe com uma concepção de linguagem, como meio de interação e como heterogênea, que significa considerar o esfacelamento do sujeito e a polifonia de vozes na voz, aparentemente única, de qualquer indivíduo ou de qualquer texto. O que nos remete sempre à noção de intertexto e de interdiscurso como constitutivos da textualidade. Portanto, nessa perspectiva, a leitura não seria uma atividade simplesmente linear e racional.

Talvez, essa nova perspectiva responda à pergunta suscitada por Silviano Santiago, no livro *O cosmopolitismo do pobre*, no item *Intensidades discursivas*, no qual ele trata da seguinte

questão: _ O que não se presta mais como concepção de leitura para a pós-modernidade? E responde: a leitura apenas como decodificação! E, novamente se pergunta e lança-nos, seus leitores, a mesma questão: _ O que significaria ler nos dias de hoje?

Mas adotamos na conceituação de leitura na perspectiva da pós-modernidade não apenas o processo discursivo, como também a leitura figurando como processo virtual. Restamos dissertar a esse respeito.

Uma das marcas mais típicas da pós-modernidade é a grande inovação e presença das tecnologias de informação e de comunicação (TICs) na nossa vida. Uma nova escrita surge daí e, aparentemente, novas maneiras de se nela penetrar. Uma leitura, diz-se, alinear, não hierarquizada, arborecente, em cascata, leitura de verdadeiros hipertextos.

No universo multimídia, diz-se que o leitor é um coautor do texto, pois este escolhe por onde navegar, o que “implodiria” a noção de autoria, entendida como se referindo a um único responsável pelo que está escrito. Teoricamente, não há um rumo certo, uma linearidade ou hierarquia, mas sim diversas virtualidades que o sujeito-leitor, aqui chamado de navegador, poderá construir pela seleção sequencial de *links*.

Diríamos, com base em Mota (2001), que essa é uma forma de ler bastante antiga (alinear e não hierarquizada), como a leitura da própria Bíblia, por exemplo – com sua organização em capítulos e versículos, que possibilita o trânsito livre entre as diversas unidades do texto, perpassados, muitas vezes, randomicamente. Além disso, essa hipótese de inovação se assenta sobre uma concepção muito restrita de leitura – tomada como decodificação ou como compreensão – já mencionadas. A leitura como prática discursiva, enxerga esse esfacelamento do texto e nela o sujeito-leitor atua efetivamente como um coautor do texto, na medida em que toda leitura configura um novo texto, pois toda leitura é um novo gesto de interpretação e de reconstrução da textualidade.

Para Coracini (2005, p. 36),

as noções de incompletude do texto, heterogeneidade e de autor enquanto instância meramente jurídica, responsável apenas pela organização singular do texto, não constituem prerrogativas do hipertexto, pois já se fazem presentes na perspectiva discursiva-desconstrutivista. É preciso, entretanto, observar que não se trata, nos dois casos, da mesma concepção de incompletude e de heterogeneidade: no caso da análise do discurso, a incompletude e a heterogeneidade são constitutivas de todo e qualquer texto, o que equivale a dizer que nenhum texto é uno [...] o texto escrito esconde [...] o interdiscurso, rastros de outros dizeres e que, vez por outra, emergem no intradiscurso.

As novas TICs ajudam, portanto, a configurar também um novo ambiente no qual os sujeitos-leitores encontram os textos em circulação, bem como novos formatos textuais e que, por seu turno, podem ser acessados de maneiras diferenciadas das anteriores, diferentes dos textos em circulação no papel, por exemplo. No entanto, talvez pela incipiência dessas novas

configurações, que figuram nas novas condições de produção da leitura, muitas questões têm sido levantadas como sendo novidades exclusivas da textualidade digital, pregando, muitas vezes, a ruptura entre o digital e o impresso, e, incorrendo, até mesmo em alguns casos, em uma certa confusão conceitual quando nomeiam toda essa textualidade como hipertexto. Ainda, talvez tão perigoso quanto essa confusão, em nosso entendimento, seja a tendência de alguns estudos isolar tal textualidade das demais e de seu entorno sócio-histórico e cultural, descontextualizando-a ou descontextualizando o leitor que se ocupa dessa manifestação de linguagem, mediada pelas novas TICs.

A fim de delimitar o escopo em que aqui trataremos a textualidade digital, delimitamos que, além de ser aquela presente na tela do computador, trataremos especificamente do hipertexto na internet, tendo em vista a sua maior inserção na vida das pessoas na atualidade e sua figuração como uma importante materialidade significativa trazida pelo ambiente *on-line*. Será a partir dessa delimitação que poderemos pensar a circulação dos sentidos na pós-modernidade e as prováveis consequências sobre a leitura e, conseqüentemente, sobre o sujeito-leitor. Vemos, ainda, no hipertexto e em suas peculiaridades uma nova possibilidade de pensar a relação autor-leitor-texto.

Quando falamos em textualidade digital é comum a associação com o termo hipertexto, todavia, alertamos que nem todo texto presente em ambiente eletrônico é um hipertexto. Um documento escrito no *word*, por exemplo, sem a adição de qualquer *hiperlink* que o vincule a uma rede conectiva com outros textos, mesmo que figure na *World Wide Web* (*www* ou *web*), não configuraria um hipertexto. Tal texto não ofereceria percursos “previstos” de leitura, sinalizada pela adição de *hiperlinks*, e, uma vez que fosse aberto na tela do computador, a única maneira de retornar a um caminho na web seria através da seta de retorno. Decorre daí que os *hiperlinks*, que são elementos que ajudam a caracterizar os hipertextos, precisam apresentar uma função textual e não apenas de navegação para dessa forma caracterizar o hipertexto digital. Sendo assim, podemos depreender que nem todo texto digital é um hipertexto.

No que se refere à questão da ruptura entre impresso e digital, não negamos que as diferenças existam, ou mesmo sugerimos que todos os estudos centrados na explicitação dessas diferenças sejam desprovidos de valor. Antes, cremos que é normalmente pela via do contraste que se pode melhor perceber onde estão as convergências e as divergências de um determinado objeto. Afinal, é pela diferença que se pode conhecer e estabelecer um significado. Contudo, acreditamos que o estudo do digital pode ir mais além e não deve se centrar naquilo que o aproxima ou o afasta do impresso, mas nas maneiras como faz serem integradas ou agenciadas mutuamente as modalidades – oral e escrita, visual e verbal e etc. –, as tecnologias e os usos da linguagem.

Estendemos à essa questão o argumento usado por Santaella, quando comenta a respeito do pensamento de Kerckhove (1997), referindo-se à ruptura da era impressa com a digital:

[que embora o autor(a)] tenha razão quando afirma que, quando uma nova tecnologia de comunicação é introduzida, lança uma guerra não declarada à cultura existente, pelo menos até agora, nenhuma era cultural desapareceu com o surgimento de outra. (SANTAELLA, 2003, p. 78)

Santaella (2003, p.77) cita seis eras culturais: oral, escrita, impressa, de massa, das mídias e digital, mas acrescenta que a era cultural anterior,

sofre reajustamentos no papel social que desempenha, mas continua presente. Não se trata, portanto, da passagem de um estado de coisas a outro, mas muito mais de complexificação, do imbricamento de uma cultura na outra, uma “multiplexidade”, para usarmos a expressão de Poster (1995: 21), de diferentes princípios em um mesmo espaço social. (SANTAELLA, 2003, p. 78)

Tendo por base que a escrita não fez sucumbir a oralidade nos processos informativos e comunicativos, mas tornou essas relações mais complexas, possibilitando, por meio da escrita, um maior distanciamento espaço-temporal entre indivíduos e os fatos; e depois, que a impressa não fez desaparecer o escrito à mão, mas possibilitou maior disseminação da escrita na sociedade e com ela a divulgação mais rápida de muitos textos e, conseqüentemente, da leitura. Assim, também, pensamos que o hipertexto não promove uma ruptura do impresso com o digital, uma vez que enxergamos esse relacionamento em termos de complexificação, tal qual postula Santaella.

No entanto, concordamos que o hipertexto, assim como os textos “tradicionais”, está sujeito às limitações e possibilidades inerentes ao meio no qual são configurados. Sem perder de vista, contudo, que o espaço (ciberespaço) *significa*, tem *materialidade* e não é indiferente em seus distintos modos de significar.

De acordo com Braga (2005), tomando como orientação os estudos realizados por Burbules e Callister (2000), o hipertexto é uma continuidade do texto impresso,

uma vez que recupera e expande formas de relações inter e intra-textuais já explorada nos textos impressos. As expansões ou os *links* de um hipertexto lembram, de certo modo, as notas que os autores incluem nos textos, ou as referências explicitamente feitas a outros estudos. (BRAGA, 2005, p. 759)

Todavia, segundo a autora, há uma diferença fundamental: na tela, essas ligações vão além de expansões e passam a ser centrais na estruturação do texto (Cf. BRAGA, 2004, p. 146).

Nesse íterim, elegemos a consideração de Xavier a respeito do que ele toma como hipertexto, no âmbito do trabalho de pesquisa realizado por ele, como aquela que melhor se aplica a nossa discussão. Xavier denomina hipertextos,

os dispositivos “textuais” digitais multimodais e semiolinguísticos (dotados de elementos verbais, imagéticos e sonoros) que estejam *on-line*, isto é, os que estejam indexados à internet, reticuladamente interligados entre si. (XAVIER, 2002, p. 26) **aspas e parênteses do autor**

Portanto, é essa perspectiva de hipertexto, indexado à internet, no qual convergem em sua superfície várias manifestações semióticas que melhor atende aos estudos da leitura como processo virtual. Ainda que alguns estudiosos apresentem a distinção entre hipertexto e hipermídia – este último se referindo aos conglomerados de informação multimídia [ou seja, mistura de áudio, de vídeo, de dados] de acesso não sequencial, navegáveis através de palavras-chave semialeatórias – como é o caso, por exemplo, de Santaella (2003) para quem o primeiro seria fundamentalmente composto por segmentos verbais e o segundo referir-se-ia a textos hipermodais.

De acordo com Xavier, é no hipertexto, vinculado à internet, que a tecnologia de informação se materializa digitalmente: “é ele que aglutina os dados compostos em formato de textos, imagens e sons produzidos pelos cidadãos pós-modernos em um mesmo espaço de leitura e interpretação, a tela do computador” (XAVIER, 2002, p. 36). Para o pesquisador, o funcionamento do hipertexto materializou a agenda da pós-modernidade. Tal consideração é feita por Xavier em concordância com o pensamento dos teóricos do hipertexto citados por ele – Landow (1992), Bolter (1991), Tuman (1992) e outros – a respeito de haver uma conexão entre hipertexto e a crítica pós-moderna. Segundo esses autores, conforme propõe Xavier (2002, p.36), “é necessário abandonar o sistema conceitual baseado nas ideias de centro, margem, linearidade, para dar lugar a multilinearidade, aos nós, às ligações e às redes”, condições e possibilidades apresentadas pela pós-modernidade. E nesse âmbito, o hipertexto seria a materialização dessa reivindicação.

No caso do hipertexto, trabalha-se com textos que remetem a um mesmo autor ou a diferentes autores; sua incompletude é visível, isto é, o texto aqui é forma que aponta para alguns sentidos possíveis, autorizados pelos excertos, que, evidentemente, assumem significados diferentes conforme a combinação feita através do acionamento de um ícone ou uma tecla, por exemplo. Trata-se, portanto, de textos ou de fragmentos textuais que se somam, cada qual constituindo uma unidade em si. Aqui é o meio que permite, por opções sucessivas, combinar textos de modo a construir sempre textos diferentes. Entretanto, a função do sujeito-leitor como aquele que constrói sentidos permanece. O que muda, no caso do texto/papel e do texto/tela, é, muito possivelmente, a relação do sujeito com o texto, seja na atividade de produção, seja na atividade de leitura.

Considerações Finais

Portanto, no diálogo entre pós-modernidade, sujeito e leitura verificamos que há muitos pontos de encontros e que todos, por serem constituídos pela linguagem, apresentam as mesmas afetações e intercâmbios.

Se, como depreendemos a partir das propostas de Coracini (2001; 2005), ler é saber que *o sentido é em meio a outros*, precisamos considerar que, na pós-modernidade, os caminhos para esses outros também circulam em outras conjunturas da significação, na textualidade digital. Além disso, o sujeito-leitor, ao ler, produz sentidos possíveis para uma textualidade, seja ela impressa ou digital, sendo orientado pelos processos não só sócio-históricos e ideológicos, mas também pelos processos identitários. Tal sujeito-leitor é posicionado pelas injunções discursivas que o envolvem e inscrevem-no historicamente na digitalidade crescente contemporânea.

Todavia, sabemos que a realidade do acesso às TICs ainda é restrita a uma parcela da população, enquanto boa parte ainda figura à margem do letramento tecnológico. Em um tempo em que, segundo Bauman (2001), são as inovações nos *softwares* que processam a modernidade líquida, fase correspondente à pós-modernidade para outros autores, ainda encontramos, por exemplo, muitas escolas que não apresentam *hardwares* básicos – como bibliotecas e computadores – em suas instalações. Fato que configura um cenário, no mínimo, desafiador para a inscrição dos sujeitos na digitalidade apontada, pois, para muitos, seria a escola a mediadora desse processo.

Referências Bibliográficas

- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BRAGA, Denise Bértoli. Hipertexto: questões de produção e de leitura. **Revista Estudos Linguísticos** XXXIV, p. 756-761, 2005.
- BRAGA, Denise Bértoli. A comunicação interativa em ambiente hipermídia: as vantagens da hipermodalidade para o aprendizado no meio digital. In: MARCUSCHI, L.A. e XAVIER, A.C. (Orgs.) **Hipertextos e gêneros digitais: novas formas de construção de sentido**. Ed. Lucerna: Rio de Janeiro, 2004.
- CAZARIN, Ana Ercília. A leitura: uma prática discursiva. **Revista Linguagem em (Dis)curso**, vol.6, n.2, maio/ago. 2006.
- CORACINI, Maria José (Org.). **O jogo discursivo na aula de leitura**. Campinas: Pontes, 2001.
- CORACINI, Maria José. Concepções de leitura na (pós)modernidade. In: CARVALHO, Regina Célia; LIMA, Paschoal (Orgs.). **Leitura: múltiplos olhares**. Campinas: Mercado das Letras, 2005. p.15-44.
- FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.
- FERREIRA, Dina M. M.. **Não pense, veja: o espetáculo da linguagem no palco do Fome Zero**. São Paulo: Annablume/ Fapesp. 2006.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
- MARIANI, B. S. C.. Leitura e condição do leitor. In: Yunes, E. (org.). **Pensar a leitura: complexidade**. São Paulo: Loyola, 2002.

MOTA, M. R. P. Leitura e Tecnologia: ainda a questão do meio e da mensagem. IN: **Ler e navegar**: espaços e percursos da leitura. Campinas: Mercado das Letras, 2001.

SANTAELLA, Lúcia. **Linguagens líquidas na era da mobilidade**. São Paulo: Paulus, 2007.

SANTAELLA, Lucia. **Culturas e artes do pós-humano**: da cultura das mídias à cibercultura. São Paulo: Paulus, 2003.

SANTIAGO, Silviano. **O cosmopolitismo do pobre**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2004.

XAVIER, Antônio Carlos dos Santos. **O hipertexto na sociedade da informação**: a constituição do modo de enunciação digital. f. 220. Tese (doutorado) – Curso de Pós-graduação em Linguística do Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, 2002.